

DE SEGUNDA A SEXTA, ÀS 17:00 / 18:00 HORAS

SEXTA-FEIRA, 17 DE ABRIL 2026 | N.º 1490 | ANO 5 »» DIGITAL »» DIGITAL »» DIGITAL

# PORTUGAL SEM LUGAR PARA IDOSOS COM 70% DOS LARES ESGOTADOS E PREÇOS MÉDIOS DE 1.900 EUROS

PÁGINA 2



De 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup>-Feira, às 17:00 horas vá a [www.campeaoprovincias.pt](http://www.campeaoprovincias.pt)  
na barra lateral encontra "Campeão Digital". CLIQUE E LEIA!

Pode também encontrar o link de ligação no Facebook do Campeão em [www.facebook.com/campeaodasprovincias](https://www.facebook.com/campeaodasprovincias)

# Portugal dispõe de apenas quatro camas por cada 100 idosos

O 4.º Retrato das Residências Sénior em Portugal, um estudo exaustivo realizado pela Via Sénior em parceria com a BA&N Research Unit, revela que o número de unidades ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) sem qualquer vaga disponível subiu para 70% em 2025.

Portugal consolidou-se como o segundo mais envelhecido da União Europeia, com 24,3% da população acima dos 65 anos, apenas atrás de Itália (24,75%), e a resposta estrutural é deficitária: Portugal dispõe de apenas quatro camas por cada 100 idosos.

O mercado nacional é composto por cerca de 2.700 residências que gerem mais de 105.000 camas, sendo que mais de metade das unidades (52%) apresenta uma dimensão superior a 30 camas.

Conclui-se que o sector das residências para idosos em Portugal atingiu um ponto de rutura, com o estudo a revelar que mais de dois terços das unidades estão totalmente lotadas, empurrando os preços para valores recorde e deixando as famílias em listas de espera que podem superar os seis meses.

A pressão da procura sobre uma oferta estagnada fez disparar os custos, com cerca de 84,5% das residências a aumentarem as mensalidades no último ano, sendo que 38% das unidades aplicaram subidas entre os 2,5% e os 5%. Actualmente, o valor médio ponderado para um quarto individual fixa-se nos 1.921 euros por mês (mais 246 euros que em 2024), mas o valor



mediano já atingiu a barreira dos 2.000 euros. Para quem procura opções em quarto duplo, o valor médio é de 1.717 euros, enquanto a tipologia mais económica - o quarto triplo - apresenta uma média de 1.482 euros, valores que permanecem fora do alcance da maioria das pensões nacionais.

Este cenário torna-se ainda mais asfixiante quando confrontado com a realidade dos rendimentos em Portugal. Com um salário médio líquido nacional que mal atinge os 1.200 euros e uma pensão de reforma que, para grande parte dos reformados, oscila entre os 600 e os 900 euros, o custo de uma residência sénior absorve - ou ultrapassa - a totalidade dos rendimentos de um agregado comum.

Para muitas famílias, a manutenção de um idoso nestas condições é um esforço financeiro impossível, restando como única alternativa o cuidado doméstico. Esta solução, contudo, gera um novo ciclo de precariedade, ao revelar-se frequentemente incompatível com

as exigências da vida profissional dos cuidadores, forçando escolhas dramáticas entre a estabilidade do emprego e o acompanhamento digno dos seus familiares

A dificuldade das famílias não se resume ao preço, porque quase 70% das instituições têm listas de espera activas. Se em 36% dos casos o tempo de espera ultrapassa os seis meses, existe uma fatia preocupante de 19% das unidades onde o prazo é classificado como "muito indefinido". Esta estagnação explica-se pela longevidade e baixa rotatividade: 63% dos residentes permanecem entre um a cinco anos e 33,6% ficam entre cinco a dez anos. O perfil é de idades muito avançadas, com mais de metade dos utentes (52,7%) na faixa dos 86 aos 90 anos, exigindo cuidados permanentes e especializados.

Isto tudo é agravado com o facto de Portugal ser o segundo mais envelhecido da União Europeia, com 24,3% da população acima dos 65 anos, apenas atrás de Itália (24,75%).

Em Portugal, estima-se que entre 1,8 a 3 milhões de pessoas vivam em situação de pobreza energética, das quais mais de 600 mil em situação severa, com privação energética profunda, impactos directos na saúde, no conforto e na dignidade das pessoas. Os programas já implementados, como Edifícios Mais Sustentáveis, Vale Eficiência e E-Lar, têm acumulado relatos de insatisfação e reclamações por parte dos candidatos.

DADOS SÃO DA TAX JUSTICE NETWORK

# MILHÕES EM IRC NÃO COBRADOS FOGEM DOS COFRES DO ESTADO

ANA CLARA\*

Portugal perde 2,9 milhões de euros por dia em impostos não cobrados às multinacionais, que utilizam várias estratégias para não pagar Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC). Os dados foram divulgados no final de 2025 pela Tax Justice Network, uma rede internacional de investigadores e activistas com uma preocupação comum relativamente à evasão fiscal, e que segundo os cálculos da organização, todos os anos “fogem” 1.045 milhões de euros para paraísos fiscais, montante que tem vindo a aumentar.

Para se ter uma noção mais aproximada, a Tax

Justice Network sublinha que a fuga de capitais para o estrangeiro corresponde a cerca de 2% da receita fiscal do País por ano, que, em 2024, foi de 67,8 mil milhões de euros, o que equivale a cerca de 101 euros por cada português. Já a perda fiscal associada a estes movimentos equivale a 8,6% do total da despesa nacional em Saúde ou a 10,6% do gasto na Educação, segundo as contas da organização.

O “Campeão das Províncias” entrevistou a Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), Paula Franco, a propósito do tema da evasão fiscal e foi perceber como entende esta investigação da Tax Justice Network.



Para a Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), Paula Franco, a evasão fiscal dependerá mais da elevada carga fiscal do que dos mecanismos de inspecção e controlo

**Campeão das Províncias [CP]: Em termos fiscais, que impacto tem este valor - 2,9 milhões de euros por dia em impostos não cobrados às multinacionais - para a economia portuguesa?**



**Todos os anos “fogem” 1.045 milhões de euros para paraísos fiscais, montante que tem vindo a aumentar**

**Paula Franco [PF]:** Tomando por referência o valor nominal do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025, 307 mil milhões de euros, considerando 2,9 em 365 dias, teremos cerca de mil milhões de euros por ano. Aliás, esse mesmo número consta do documento a que se refere Tax Justice Network (Tax lost each year to tax havens: \$1,204,507,653). O estudo conclui que este valor representa 2% da receita fiscal e 117 dólares por habitante. Não temos qualquer base para validar estas conclusões.

**[CP]: Do ponto de vista mais técnico, de que forma as empresas conseguem fugir ao Fisco e por que razão a máquina fiscal não tem mecanismos**

envolvimento Económico (OCDE) que o fazem com rigor e qualidade estatística. Por outro lado, a percepção da evasão é subjectiva. É importante destacar que foi noticiado que o sistema fiscal português é o sexto menos competitivo da OCDE. Um sistema fiscal muito pesado cria mecanismos naturais de evasão. Quanto mais lata for a carga fiscal, maior será a procura de soluções de desagramento fiscal.

**[CP]: Quais são as áreas/sectores em Portugal mais expostos à evasão fiscal e onde a fuga aos impostos é mais comum?**

**[PF]:** Não temos a percepção de evasão por sectores de actividade, até porque os mecanismos de controlo são hoje muitíssimo activos. Continua, contudo, a haver economia informal, sobretudo na restauração e actividades de turismo. Há também novos desafios, como a digitalização da economia, que potenciam novas tipologias de fraude e mecanismos de erosão da base tributável.

**[CP]: Considera que faz falta uma verdadeira reforma fiscal que englobe o combate mais eficaz a este problema? Que tipo de medidas considera prementes?**

**[PF]:** Portugal tem uma política de combate à fraude e evasão muito bem estruturada, que é acompanhada de um eficaz sistema de troca internacional de informações. Como identificado pela Autoridade Tributária, o combate à fraude e evasão fiscal e aduaneira assume assim, cada vez mais uma dimensão internacional,

pelo que a utilização extensiva da informação proveniente da troca de informação internacional bem como dos instrumentos de cooperação e assistência mútua administrativa internacional, torna-se cada vez mais determinante para a detecção, correcção e punição célere de comportamentos incumpridores/fraudulentos e para a garantia da receita fiscal. E todos esses mecanismos já ultrapassam e até excedem o que no passado era tido como intocável, em termos de protecção da privacidade pessoal, sigilo bancário e direitos individuais. Na verdade, estes mecanismos são actualmente tão invasivos para a esfera pessoal de indivíduos e empresas que podemos mesmo falar de estarem fundamentados num dever de transparência total, que sobrepõe o dever de pagar impostos a todos os direitos dos cidadãos e empresas.



**Quanto mais lata for a carga fiscal, maior será a procura de soluções de desagramento fiscal**

**[CP]: Acha que a percepção dos contribuintes relativamente às autoridades tributárias constitui um factor explicativo da evasão fiscal? Esta comunicação actualmente é mais clara entre Fisco e contribuintes?**

**[PF]:** Não entendemos que a evasão fiscal seja explicada por um problema de percepção comportamental face à autoridade tributária. Como sugerido, embora seja uma mera hipótese académica, a evasão fiscal dependerá mais da elevada carga fiscal do que dos mecanismos de inspecção e controlo.

**\*Jornalista do “Campeão” em Lisboa**

## Paraísos fiscais: oásis para uns, perda para outros

Quando se fala em fuga ao fisco, a expressão “paraísos fiscais” vem sempre a debate. Mas o que significam mesmo? Os paraísos fiscais são países ou jurisdições que oferecem condições fiscais favoráveis, como taxas de imposto muito baixas ou nulas, na maior parte dos casos a empresas e a particulares estrangeiros em especial. Além disso, os paraísos fiscais proporcionam frequentemente sigilo, ao não divulgarem a identidade das pessoas singulares ou dos verdadeiros proprietários de empresas neles registadas. Tal permite armazenar dinheiro nestas jurisdições (“offshore”), muitas vezes não declarado e não tributado, o que conduz a perdas significativas de receitas fiscais para outros países.

## UE arrepia caminho

No contexto da União Europeia (UE), combater a fraude e a evasão fiscais é essencialmente da responsabilidade dos Estados-membros. Todavia, os países acordaram regras a nível da UE para reforçar a transparência em matéria fiscal, promover a partilha de informações, adoptar legislação para colmatar lacunas e impor o cumprimento das obrigações fiscais além-fronteiras. Damos alguns exemplos de medidas adoptadas pela UE. Uma delas é Directiva relativa à cooperação administrativa (DCA), em que os Estados-membros participam na troca automática, espontânea e a pedido de informações pertinentes em matéria fiscal, o que ajuda a prevenir a evasão fiscal. Torna-se, assim, mais difícil para as pessoas singulares e para as empresas ocultar os activos ou os rendimentos às autoridades fiscais. Em vigor desde 2011, tendo o seu âmbito de aplicação sido significativamente alargado algumas vezes desde 2014, estas regras desempenham um papel crucial na promoção da cooperação e da transparência fiscal entre os Estados-membros da UE. Em 2023, o Conselho alargou o seu âmbito de aplicação e acrescentou regras sobre a comunicação e a troca automática de informações sobre as receitas provenientes de transações de criptoactivos e sobre decisões fiscais prévias a favor de pessoas singulares com grandes fortunas (elevado património líquido). Também no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), a UE tem feito caminho. O regulamento relativo à cooperação administrativa no domínio do IVA prevê o intercâmbio de informações específicas entre as administrações fiscais dos Estados-membros a fim de combater a fraude e a evasão ao IVA. O intercâmbio de informações, as auditorias conjuntas e os controlos simultâneos permitem que os funcionários das autoridades fiscais nacionais formem equipas de auditoria internacionais para verificar o cumprimento das obrigações fiscais neste domínio, incluindo o cumprimento das obrigações fiscais por parte das empresas e plataformas multinacionais.

A Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos promove, entre hoje e dia 18, o 1.º Congresso de Cuidados Paliativos Pediátricos, um marco histórico para a área em Portugal, que terá lugar em Coimbra. Sob o lema "Da complexidade à oportunidade", o congresso pretende afirmar os cuidados paliativos pediátricos como uma prioridade urgente no sistema de saúde.

# PDM DE COIMBRA REFORMULADO PARA TER MAIS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E INVESTIMENTO

LUÍS SANTOS

**A**pós um parecer negativo da CCDRC em Março, o Executivo de Coimbra liderado por Ana Abrunhosa apresentou uma proposta "cirúrgica" do Plano Director Municipal (PDM) que se foca na densificação urbana junto ao Metrobus e nas margens do Mondego.

O Salão Nobre dos Paços do Concelho recebeu, na passada sexta-feira (10 de Abril), a apresentação pública da nova estratégia para a suspensão parcial do Plano Director Municipal (PDM) de Coimbra. A medida surge como uma resposta de "emergência" para desbloquear investimentos e promover habitação acessível, enquanto decorre o complexo processo de revisão total do plano, previsto apenas para 2027.

## O "travão" da CCDRC

A proposta original, aprovada em Fevereiro, encontrou resistência na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Segundo a acta da conferência procedimental, a entidade não emitiu parecer favorável por considerar que a "urgência" não estava devidamente fundamentada e que certas normas (como as de estacionamento) deveriam ser tratadas na revisão global e não por via de uma suspensão excepcional.

Para contornar o impasse, a Câmara Municipal de Coimbra decidiu retirar as alterações gerais ao estacionamento, que eram um dos pontos mais sensíveis para a CCDRC, reforçar a fundamentação técnica, focando em "ajustes cirúrgicos" para evitar que a inacção resulte na perda de investimento

privado e público.

## Os três pilares da nova proposta

A apresentação conduzida pelo arquitecto Guilherme Murta detalhou que a suspensão incidirá sobre áreas estratégicas, estabelecendo medidas preventivas por um prazo de dois anos (prorrogável por mais um).

Densificação do Centro Urbano: Foco nas margens do Mondego e no corredor do Sistema de Mobilidade do Mondego (Metrobus). O objectivo é permitir maior altura nas edificações (mais pisos) e maior densidade, sem comprometer a permeabilidade dos solos.

Habitação Acessível: Criação de condições normativas para projectos de



A sessão contou com a participação dos presidentes das Secções Regionais do Centro das Ordens dos Arquitectos e dos Engenheiros, Florindo Marques e Isabel Lança, respectivamente, do anterior presidente da Câmara, José Manuel Silva, e da vereadora que teve o pelouro do urbanismo, Ana Bastos

renda acessível em zonas centrais bem servidas por transportes, combatendo a crise habitacional.

Atractividade Económica: Ana Abrunhosa foi clara ao afirmar que "há empre-

sas que não se instalam em Coimbra por causa de barreiras regulamentares". A suspensão visa remover esses obstáculos burocráticos imediatos, nomeadamente quanto ao estacionamento.

"Não é uma vontade arbitrária, mas um diagnóstico objectivo. O actual PDM impede as respostas necessárias e não queremos que a inacção se transforme num risco para a cidade." - justificou Ana

Abrunhosa.

## Próximos passos

De acordo com o cronograma apresentado, o processo segue agora para as seguintes etapas:

Instrução técnica e resposta às entidades externas (20 dias); deliberação em reunião de Câmara; aprovação final em Assembleia Municipal, entrada em vigor no dia útil seguinte à publicação em Diário da República.

A proposta pretende ser uma "ponte" até à conclusão da 2.ª Revisão do PDM, garantindo que Coimbra não fique "congelada" num regulamento que o próprio executivo considera desajustado da realidade actual da cidade e da futura Região Metropolitana.

## Os quatro pontos essenciais da proposta



Os pontos essenciais da proposta de suspensão parcial do Plano Director Municipal (PDM) de Coimbra, agora apresentada, focam-se na agilização do desenvolvimento urbano em áreas estratégicas enquanto decorre a revisão

global do plano.

Os principais eixos da proposta são os que a seguir se indicam.

**Áreas Centrais (Margens do Mondego)**  
Pretende-se reforçar a dinâmica urbana e económi-

ca do centro, abrangendo as duas margens do rio, com consolidação e densificação.

**Multifuncionalidade:** Na Margem Direita (Área A1), o uso habitacional deve ocupar entre 30% a 70% da superfície de pavimento.

**Unificação urbana:** Na Margem Esquerda (Área A2), a suspensão permite ultrapassar índices de edificabilidade e número de pisos em Unidades de Execução para promover a coesão entre as margens.

### Corredor do MetroBus (Canais A3 e A4)

É permitida uma majoração de até 30% na superfície de pavimento para projectos de habitação pública, a custos controlados ou arrendamento acessível. **Flexibilidade de altura:** Suspensão do limite do número de pisos nas áreas habitacionais H2, H3 e H4 situadas até 350 metros do canal do Metro Mondego.

### Estacionamento e Indústria

Revisão e redução dos requisitos globais de estacionamento para os alinhar com as novas políticas de mobilidade e o reforço do transporte público.

Estabelecimento de novos índices mínimos de estacionamento para usos industriais ou de armazenagem, permitindo reduções de até 50% mediante a apresentação de um plano de transportes.

### Repristinação e Licenciamento

**Recuperação de normas:** Reposição de artigos que permitem o licenciamento de operações urbanísticas anteriores a 1994.

# espaços

EXPOSIÇÃO

# espaços

Dentro e fora da realidade



# Dois Minutos para os Direitos Humanos

## LÍBANO

A escalada sem precedentes por parte das forças armadas israelitas com ataques sucessivos ao Líbano levou a Amnistia Internacional a exigir a necessidade urgente de Israel cumprir as suas obrigações, ao abrigo do direito internacional humanitário e garantir a protecção dos civis. As forças israelitas afirmaram ter levado a cabo a “maior onda coordenada de ataques”, causando centenas de mortos e feridos.

## VANUATU

Um projecto de resolução das Nações Unidas (ONU) sobre as alterações climáticas proposto por Vanuatu procura transformar o parecer consultivo do

## PORTUGAL

# AMNISTIA INTERNACIONAL



Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) sobre as obrigações dos Estados relativamente à “ameaça urgente e existencial” das alterações climáticas, num roteiro para ações concretas e responsabilização.

## EUROPA

Apoiado por poderosas empresas, o chamado “Omnibus Digital” ameaça enfraquecer as regras digitais da UE, que já foram vistas como referências

globais em matéria de privacidade e IA. Sob o pretexto da “simplificação”, as propostas equivalem a um retrocesso sem precedentes dos direitos online, que nos protegem da vigilância, da discriminação por parte dos sistemas de IA e mais.

## ANGOLA

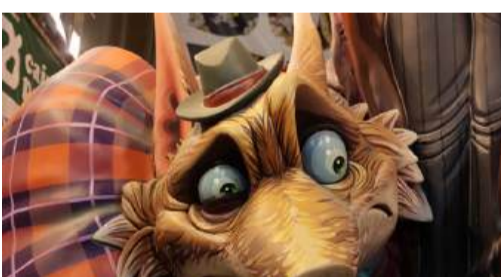
O “General Nila”, como é conhecido o líder da União Nacional para a Revolução Total de Angola (UNTRA), está detido arbitrariamente há 250 dias pelas autoridades angolanas. As autoridades não apresentaram provas credíveis contra o “General Nila”, e têm obstruído repetidamente o acesso dos seus advogados ao processo.

## PORTUGAL

Já são conhecidos os vencedores do concurso “Os Direitos Humanos e a Constituição da República Portuguesa”, lançado pela Amnistia Internacional Portugal para assinalar os 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa. Duarte Carolino, Margarida Sampaio e Fedra Pereira dos Santos são os três autores premiados.



## Plaza del Pilar 2026: O Everest das Fallas de Valência



A Falla Plaza del Pilar, uma das comissões históricas da Sección Especial (a “primeira liga” das Fallas), apresentou em 2026 o projeto “La Nit” (A Noite), pelas mãos do consagrado artista Paco Torres e com design de Ramón Pla. Localizada numa praça tão estreita que o monumento parece querer tocar as janelas dos vizinhos, “La Nit” explora o mundo onírico. A peça central é uma composição vertiginosa que desafia as leis da física, representando as várias faces da noite: desde o descanso e os sonhos mais lúdicos até aos pesadelos e às sombras da vida urbana.

Álbum de Dinis Manuel Alves com 150 fotos, incluindo profusos detalhes sobre o conceito das Fallas de Valência, disponível em <https://tinyurl.com/3bx9f97>

# Carnaval de Oliveira do Bairro sai à rua no próximo dia 26



O Carnaval de Oliveira do Bairro vai finalmente desfilir no domingo, 26 de Abril, depois de ter sido adiado da data inicialmente prevista, 8 de Fevereiro, conhecido como Domingo Magro. A alteração resultou da situação grave que afectou a região Centro no final de Janeiro e durante o mês de Fevereiro, marcada por vítimas mortais, danos em habitações e empresas, milhares de pessoas afectadas e condições meteorológicas desfavoráveis.

Mantendo o acesso gratuito, o evento volta a apostar no conceito “Desfiles de Portugal no Coração da Bairrada”, reunindo em Oliveira do Bairro várias expressões carnavalescas de diferentes pontos do país. A iniciativa promete levar ao centro da vila um espectáculo diversi-

ficado, com tradições, ritmos e personagens emblemáticas de vários carnavais nacionais.

A edição deste ano contará com a participação de mais de 1.600 pessoas. Ao desfile juntam-se crianças e adultos de 20 associações do concelho, acompanhados por cinco escolas de samba provenientes de Estarreja, Oliveira de Azeméis e Figueira da Foz. Regressam também algumas das figuras mais aguardadas pelo público, como os Caretos de Podence, os Ministros & Matrafonas de Torres Vedras, os Gigantones de Braga, o Grupo do Paço e o Grupo do Rossio, de Canas de Senhorim, bem como o Grupo de Bombos “Bate Forte”, de Vilarinho do Bairro.

O curso carnavalesco tem início marcado para as 15h00, junto à Escola Básica Dr. Acácio de

Azevedo. O percurso segue pela Alameda da Cidade, Rua Cândido dos Reis e Avenida Dr. Abílio Pereira Pinto, até à Rua Conde Ferreira, terminando junto ao edifício da Câmara Municipal.

Entre os grupos convidados encontram-se os Gigantones de Braga, os Ministros & Matrafonas, a Escola de Samba Vai Quem Quer, de Estarreja, a Escola de Samba Valmaior e a Escola de Samba Renascer, de Oliveira de Azeméis, a Associação Recreativa e Cultural do Paço e a Associação Recreativa e Cultural do Rossio, de Canas de Senhorim, o Grupo de Bombos “Bate Forte”, de Vilarinho do Bairro, as escolas de samba Unidos do Mato Grosso e Novo Império, da Figueira da Foz, e ainda os Caretos de Podence.

No que diz respeito às associações do concelho, esta edição regista uma participação sem precedentes. Marcam presença a Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, Recanto da Natureza, Grupo Folclórico S. Pedro da Palhaça, En Avant, Carnaval de Oiã, AMPER, Rancho As Vindimadeiras de Mamarrosa, Identidade Lusa – Acordy Verdy, SOLSIL, Associação de Pais de Vila Verde, Centro Ambiente para Todos, Associação CRDS da Murta, Associação de Pais de Bustos, CSP S. Pedro da Palhaça, APOFORNO, Infantário Frei Gil, Centro Social de Oiã, Associação de Pais da Mamarrosa, OBSC e ADREP.

# Junta de S. Martinho e Ribeira apta a funcionar em pleno

Os vogais (quatro) da Junta da União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades foram eleitos, na tarde de quinta-feira, pela Assembleia, mediante proposta da presidente do executivo, Laura Fonseca (PS).

Trata-se de Manuel Fernandes Gaspar da Silva, Mário Pratas Rodrigues, Carla Fonseca e Juliana Marceneiro (todos propostos pela coligação “Avançar Coimbra”).

Para a presidência da Mesa da Assembleia foi eleita Sónia de Almeida, único membro que não renunciou à qualidade de autarca entre as duas dezenas e meia de membros da lista da coligação “Juntos Somos Coimbra” (encabeçada por José Maria Barroca). Bento Carvalho (Chega) e Susana Couceiro (PS) são os secretários da Mesa.

Apesar da renúncia de todos os membros da lista candidata à Assembleia patrocinada pelo movimento Unir para Afirmar (UpA), da quase totalidade dos de JSC e de grande parte dos do Chega, o órgão deliberativo da UF reuniu-se, esta tarde, com quórum tangencial, devido às presenças de Sónia de Almeida e Bento Carvalho.

O movimento UpA rotulou, esta tarde, de “jogo sujo de interesses, traições e trocas de favores” aquilo que vaticinou ir acontecer em reunião extraordinária da Assembleia da UF de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades.

Laura Fonseca, que contou com a comparência do líder concelho conimbricense do PS, Ricardo Lino, disse que o desfecho consiste em “pôr o interesse público acima de qualquer outro”.

“Espero que cumpram o mandato (...) em prol da comunidade”, acrescentou a autarca ao dirigir-se aos membros da Assembleia.

Laura Fonseca foi eleita, em Outubro de 2025, para presidir à Junta da União de Freguesias de S. Martinho e Ribeira com 12 votos de vantagem sobre José Maria Barroca (“Juntos Somos Coimbra”).

Neste contexto, a coligação “Avançar Coimbra”, onde avulta o PS, fez eger cinco dos 13 membros da Assembleia da UF, tendo cabido quatro a JSC, três ao movimento (independente) UpA e um ao Chega.

A lista do movimento, que alcançou 1 554 votos (menos 657 do que os obtidos pela candidatura vencedora), foi encabeçada por Vítor Duarte, secretário do anterior executivo (liderado por Jorge Veloso, PS).

Duarte aspirou a ser indigitado pelo Partido Socia-



lista, em 2025; Laura também. Os militantes socialistas de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades proporcionaram à dirigente partidária (líder de Secção) uma vantagem de dois votos (63 - 61).

Como Vítor fez prova da falta de convocação de cerca de meia dúzia de militantes para um acto eleitoral denominado “primárias fechadas”, a Comissão Federativa de Jurisdição do PS/Coimbra declarou nulo o alcance da votação.

A Comissão Concelhia de Coimbra do PS veio a entender que, a escassos meses das autárquicas, não devia haver lugar a repetição das ‘directas’. O órgão chamou a si a indigitação do(a) candidato(a) socialista à presidência da Junta da UF de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, tendo-se limitado a sufragar o nome de Laura Fonseca e havendo descartado a hipótese de opção por Vítor Duarte como que ignorando o duelo protagonizado pelos dois.

## “Vítima de ameaças”

Ao ser empossada, Sónia de Almeida afirmou ter sido “vítima de ameaças e de tudo”.

“Não sou vigarista nem traidora; S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades vão orgulhar-se de mim”, declarou.

Interpelado pelo “Campeão”, Bento Carvalho, que admitiu o cenário de vir a ser expulso do Chega, atribuiu “a caprichos” a impossibilidade de eleição dos vogais da Junta ao longo de cinco meses.

Carvalho, que saíra de um grupo de trabalho partidário antes da renúncia de Nuno Veloso ao estatuto de membro da Assembleia, acentua não ter sido o único dos suplentes do Chega a descartar tomar assento no órgão.

# Assembleia de Freguesia de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades: Substância e futuro

**D**eclaração de interesses, por rigor ético e honestidade intelectual. Encabecei a lista do Bloco, candidata à assembleia de freguesia de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, sem outra expectativa que não a de provocar diálogo sobre a freguesia. Portanto, fora da rota do poder institucional, mas com espaço para pensar o 'estado de coisas' no contexto atual da assembleia de freguesia e do executivo locais. Aqueles que me acompanharam mais de perto poderão confirmar que 'acertei' no número de votos que iríamos ter. Nesse sentido, parece-me que 201 votos também merecem voz e é em nome desse capital humano e da minha consciência cidadã crítica que decidi avançar com este texto.

Falemos de representatividade real. O PS, 16,6%; O PSD, 16,5%; O Movimento UPA, 11,7%; O Chega, 5,9%; O PCP, 2,3%, O Bloco, 1,5%. Fomos 7456 votantes, de um universo de 13.341 inscritos. Um total de 5885 pessoas manifestaram indiferença e demissão em relação a este ato eleitoral. Obviamente que não discuto nem questiono a legitimidade política da força vencedora. Para o bem e para o menos bom, é a democracia a acontecer e temos o dever de a respeitar. Posso compreender que as forças políticas que obtiveram o segundo e o terceiro lugar se arroguem no direito de reclamar uma parcela significativa de representatividade. Mas a representatividade real que temos merecerá assim tanto ruído? Atentemos nas percentagens reais e não relativas e creio que todos teremos de assumir um banho enorme de humildade, dado que 5885 pessoas nada quiseram com estes projetos, narrativas e modos de fazer. O número parece-me impactante e

questionador. Devia motivar uma reflexão séria. Não creio que estes episódios de 'entretenimento' (por decoro e eufemismo) tenham contribuído para um incremento de motivação desses 'ausentes'. Estou convencido até que a sua ausência é uma forma de presença e que não acordar para esse facto levará a substanciais custos futuros.

A fragilidade da votação das forças políticas com expectativas de governação obrigaria a uma inevitável negociação. A mesma exige cedência e reclama uma cultura de diálogo, que nunca advém de um decreto. É mesmo cultura, situa-se a montante dos processos e precisa de ser cultivada. Fiz quatro coisas durante a campanha, que cumpre recordar. Saudei, por escrito, todos os cabeças de lista, "convocando-os" para uma reflexão conjunta sobre o bem comum, assumindo que ninguém tem a exclusividade das ideias. Desafiei-os depois a que assinássemos uma carta de compromisso ético para a campanha. Tentei que existisse um debate público entre os candidatos. Finalmente, esforcei-me para uma ação de escuta e diálogo com jovens do nono ano de escolaridade, o futuro da freguesia. O retorno? Pouquíssimas respostas, baixíssima disponibilidade e fracasso total das iniciativas. Alertei várias forças políticas que me parecia que ninguém iria vencer por maioria e o cenário ficaria ingovernável. Renovei esse alerta em dia de eleições. Já tinha ouvido que "éramos todos boa gente" e não era preciso compromisso ético. Que não valia a pena debater, "porque não era esse tipo de campanha que mobiliza pessoas". No dia, ouvi que "por um voto se ganha e por um voto se perde". Fracassei em todos os meus in-

tentos. Lamentavelmente, creio que o cenário que estamos a viver prova que muito não se fez a montante e que uma cidadania crítica, responsável e empenhada não se constrói com entretenimento inconsistente a alienante.

O que mais me entristece como pessoa e como cidadão é que não vi sinais de que a discussão pós-eleições tenha sido sobre ideias, pensamento sustentado, ousadia e sonho sobre um desenho de freguesia melhor para todos. A base parece ter sido só a pobreza do 'somos mais sérios que vocês', traduzida em luta por lugares e poder. Bem sei que há quem defenda que "uma coisa é a ciência, outra é a opinião política", mas reduzir o bem comum a esta luta de trincheira, onde o único argumento é "eu sou melhor que tu, porque sim" é uma menoridade que não dignifica quem a protagoniza e nada constrói de saudável para o todo.

Assim sendo, que possamos colocar na mesa ideias. Se assim for, elas serão enriquecidas com outras ideias. E, se perdermos, poderemos gostar menos, mas devemos ficar descansados, porque, na verdade e em certo sentido, ganhámos todos um pouco.

**Luís Francisco**



# Freguesia de Santo António dos Olivais atribui 43 mil euros em apoios a instituições

A Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais (Coimbra) atribuiu apoios financeiros a instituições culturais, desportivas e de âmbito social com sede na freguesia, no quadro do regulamento associativo em vigor.

Este regulamento prevê apoios e participações a associações e colectividades sediadas em Santo António dos Olivais, nas áreas desportiva, cultural e social.

Os apoios agora atribuídos destinam-se a promover e a reforçar o desenvolvimento das atividades das respectivas associações e colectividades ao longo de 2026, correspondendo, nesta fase, a um montante global de 43.000 euros.

A este valor acrescem ainda apoios logísticos e outros apoios pontuais, a conceder em função da apresentação de projectos de relevo nas áreas cultural, desportiva e social, numa lógica de proximidade e de cooperação permanente entre a Junta

de Freguesia e o movimento associativo local.

O próprio regulamento da JFSAO prevê, além do apoio financeiro, formas complementares de apoio como divulgação, cedência de instalações e utilização de equipamentos da Junta.

A sessão contou com a presença de representantes das entidades contempladas, num momento de reconhecimento público do trabalho que estas instituições desenvolvem diariamente junto da comunidade.

O presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, Francisco Rodeiro, reafirma o compromisso da freguesia com o associativismo local, reconhecendo-o como um dos pilares da vida colectiva: "Estas instituições são parte essencial da identidade e da força de Santo António dos Olivais. Apoiar o seu trabalho é investir directamente nas pessoas, nas famílias e na qualidade de vida da nossa freguesia."



# Universidade de Coimbra reforça cooperação com instituições brasileiras na saúde e investigação



A Universidade de Coimbra (UC) realizou, entre 13 e 15 de Abril, uma missão de trabalho ao Brasil destinada a aprofundar a cooperação académica e científica com instituições de ensino superior na área da saúde, reforçando o intercâmbio de estudantes, docentes e pessoal não docente, bem como a colaboração em projectos de investigação.

A comitiva da UC integrou o vice-reitor para as Relações Externas e Alumni, João Nuno Calvão da Silva, o director da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC), Carlos Robalo Cordeiro, e o director da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (FFUC), Fernando Ramos. O programa incluiu visitas institucionais, reuniões de trabalho e participação em conferências académicas em Porto Alegre e Florianópolis.

No dia 13 de Abril, a delegação foi recebida pela Reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Por-

to Alegre (UFCSPA), Jenifer Saffi, num encontro que permitiu apresentar as valências de ambas as instituições e identificar áreas de convergência para futuras parcerias. Em cima da mesa estiveram possibilidades de cooperação no ensino, na investigação e na oferta de pós-graduações, com particular incidência em domínios como a longevidade e saúde funcional, a saúde global e a química analítica.

A passagem pela UFCSPA incluiu ainda visitas a laboratórios e a realização de duas conferências no âmbito do Ciclo de Seminários Compesq/ComPG. Fernando Ramos, director da FFUC, abordou o tema "Resíduos de Medicamentos em Alimentos", enquanto Carlos Robalo Cordeiro, director da FMUC, proferiu uma conferência dedicada à "Saúde Global".

No dia seguinte, 14 de Abril, João Nuno Calvão da Silva participou, como orador convidado, na II Conferência CDEA 2026, na Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde apresentou uma prelecção subordinada ao tema "O Acordo União Europeia/Mercosul e a nova ordem internacional". A deslocação à UFRGS incluiu também uma reunião com a directora da Faculdade de Direito, Ana Paula Motta Costa, orientada para a identificação de novas oportunidades de cooperação institucional e académica.

Paralelamente, entre 13 e 15 de Abril, a Universidade de Coimbra esteve representada na Conferência FAUBAI 2026, promovida pela Associação Brasileira de Educação Internacional, em Florianópolis. A participação da UC decorreu no âmbito da marca Study & Research in Portugal, em conjunto com o Instituto para o Ensino Superior, I. P., antigo organismo responsável pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação.

Segundo a Universidade de Coimbra, esta presença insere-se numa estratégia de valorização de Portugal como destino de excelência para o ensino superior e para a investigação internacional, ao mesmo tempo que procura dar visibilidade às oportunidades de mobilidade académica e de cooperação científica enquadradas na candidatura COMPETE 2030.

A missão ao Brasil surge como mais um passo no reforço da projecção internacional da Universidade de Coimbra, num momento em que a instituição procura consolidar redes de colaboração com parceiros estratégicos no espaço lusófono e ibero-americano, em especial em áreas de elevada relevância científica e social, como a saúde.

## Oito doutores da Faculdade de Medicina recebem insígnias na próxima quarta-feira



A Sala dos Capelos, também designada Sala Grande dos Atos, acolhe na próxima quarta-feira, dia 22, às 10h30, a cerimónia de Imposição de Insígnias de oito doutores da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Na sessão, vão ser impostas a borla e o capelo a Bárbara Cecília Bessa dos Santos Oliveiros Paiva, tendo como ma-

drinha Isabel Maria Marques Carreira; Vítor Manuel Leitão Sousa, com Lina Maria Rodrigues Carvalho; João Pereira Figueira, com Rufino Martins da Silva; Ana Luísa Fialho Amaral Areia, com Anabela Mota Pinto; Nuno Gonçalo Costa Freitas Coutinho, com Manuel de Jesus Antunes; Isabel Alexandra de Sousa Pires, com Maria Conceição Lopes Lobo Fonseca; Cláudia Catarina Ferreira Chaves Loureiro Barbosa e Silva, com Carlos Manuel da Silva Robalo Cordeiro; e Paula Cristina Silva Dias Sanches Pinto Alves, com Catarina Isabel Neno Resende Oliveira.

Os elogios dos doutores e dos padrinhos serão proferidos, respectivamente, por Sónia Margarida Alves Pereira e Natália Sofia Cláudio António, também docentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

A cerimónia insere-se no protocolo académico da Universidade de Coimbra e assinala formalmente a atribuição das insígnias doutorais aos oito homenageados.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

## Câmara da Lousã distingue mérito desportivo em gala no Teatro Municipal

A Câmara Municipal da Lousã promove, amanhã, dia 18 de Abril, às 21h00, no Teatro Municipal da Lousã, a VI Gala do Desporto, uma cerimónia dedicada ao reconhecimento público do mérito, do empenho e do desempenho dos agentes desportivos do concelho.

A iniciativa distinguirá atletas, equipas e outros protagonistas que se evidenciaram ao longo da época 2024/2025, pelos resultados alcançados nas diferentes competições em que participaram, contribuindo para a valorização do desporto e para a projecção da Lousã em vários contextos competitivos.

As distinções abrangerão várias categorias, entre as quais Desporto Escolar, Desporto Universitário, Competições Distritais e Regionais, Competições Nacionais — 3.º Lugar, Vice-Campeões Nacionais e Campeões Nacionais, incluindo taças —, bem como Competições Internacionais.

A apresentação da gala estará a cargo do jornalista da Antena 1 Nuno Rodrigues, natural da Lousã. O programa contará ainda com diversos momentos de animação, num ambiente de celebração do talento, da dedicação e do espírito de superação que marcam o percurso dos



homenageados.

O presidente da Câmara Municipal da Lousã sublinha que “a Gala do Desporto é um momento de justo reconhecimento público de todos aqueles que, com trabalho, disciplina e dedicação, elevam o nome da Lousã nas mais diversas modalidades e competições”. O autarca destaca ainda que esta é também “uma forma de valorizar o papel essencial dos clubes, dirigentes, treinadores e famílias no desenvolvimento desportivo do nosso concelho”.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

# Três anos de internamento em centro educativo para jovem que matou mãe em Vagos

O Tribunal de Família e Menores de Aveiro aplicou hoje ao jovem acusado de matar a mãe em Vagos a medida tutelar educativa de internamento em centro educativo, em regime fechado, pelo período de três anos.

Durante a leitura da decisão, a juíza presidente disse que o Tribunal deu como provado que o rapaz de 14 anos matou a mãe com dois tiros na cabeça, na sua habitação, no dia 21 de Outubro de 2025.

O Tribunal teve em conta o depoimento do jovem, que confessou o crime, mostrando-se “pouco emotivo e estanque” e “não tendo demonstrado arrependimento”.

A juíza referiu ainda que o jovem descreveu com precisão os factos e não se emocionou, tendo mantido a expressão facial quando descreveu a forma como disparou contra a mãe, sem apontar qualquer razão para atentar contra a vida da progenitora, Susana Gravato, então vereadora no Município de Vagos.

O Tribunal destacou a frieza de ânimo demonstrada pelo jovem ao disparar o segundo tiro, após a mãe lhe ter dito que estava tudo bem, e, mais tarde, dando a entender ao pai que teria ocorrido um assalto na residência.

A juíza disse ainda que o adolescente demonstrou completa insensibilidade pela vida da mãe, sublinhando que não existia um ambiente de violência que fizesse prever tal desfecho.

Ficou patente nos relatórios médico-legais que o jovem não pade-



ce de patologia psiquiátrica maior que justifique a prática dos factos. No entanto, foi referido, apresenta “alguns traços psicopáticos significativos”, evidenciando ausência de empatia e remorso e um risco acrescido de comportamentos violentos.

O Tribunal decidiu assim aplicar ao jovem a medida mais gravosa de internamento em centro educativo em regime fechado, pelo período de três anos, como tinha sido proposto pelo Ministério Público.

Esta medida deverá ser revista a cada seis meses e, de preferência, o jovem deverá ser internado no Centro Educativo Santo António, no Porto, onde se encontra actualmente a cumprir a medida cautelar de guarda em centro educativo em regime fechado, desde a prática do crime.

O jovem deverá ainda ter acompanhamento pedopsiquiátrico mensal e acompanhamento psicológico semanal ou quinzenal. O pai e irmão também devem beneficiar de apoio psicológico especializado.

Após a leitura da decisão, que demorou cerca de uma hora, a juíza ordenou a retirada dos jornalistas e do público da sala de audiência e mandou chamar o jovem, que ouviu a

leitura da decisão numa sala à parte, para lhe explicar o teor da decisão.

Foi dado como provado que, após almoçar com os pais, o jovem se dirigiu para casa, foi buscar a arma de fogo do pai ao roupeiro e algumas munições à mesa-de-cabeceira, retirou cerca de 32 mil euros e cerca de 1.500 dólares americanos e canadianos que estavam em várias divisões da casa e colocou tudo numa mochila.

Entretanto, a mãe chegou a casa e fez uma chamada telefónica para uma funcionária da Câmara de Vagos. O jovem abeirou-se da mãe pela rectaguarda e disparou um tiro na cabeça. A mãe disse-lhe “está tudo bem, tem calma”, mas o jovem efectuou um segundo disparo na cabeça que viria a determinar a sua morte.

Em seguida, tapou a cara e o tronco da mãe com uma manta e dirigiu-se para a garagem, onde se foi encontrar com um amigo. Saíram os dois a pé de casa em direcção ao cemitério da Gafanha da Boa Hora, onde escondeu a arma na campa dos avós paternos.

O Tribunal disse que não ficou demonstrado que o adolescente tivesse previamente planeado matar a mãe.

O jovem foi julgado à porta fechada, no âmbito de um Processo Tutelar Educativo, instaurado pela prática de factos qualificados pela lei penal como homicídio qualificado, punível com uma pena de 12 a 25 anos de prisão se os factos fossem praticados por maior de 16 anos.